

## **XIII ENEPEA, Salvador 2016**

### **Diretrizes paisagísticas para as cidades brasileiras do século XXI**

Entre os dias 23 e 27 de agosto de 2016 realizou-se na Faculdade de Arquitetura da UFBA, a décima terceira edição do Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. O 13º ENEPEA teve como tema central PAISAGISMO NECESSÁRIO/VERDE SOCIAL, afirmando o Direito à Paisagem como fundamental para o estabelecimento de um novo patamar de qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Entendendo que cabe à Universidade assumir um papel proativo, através do ensino, pesquisa e extensão, no sentido de subsidiar as ações da administração pública em nossas cidades, propomos um conjunto de ações para a gestão pública da paisagem.

Com a certeza de que tais ações possam contribuir para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento urbano socialmente mais justo e ambientalmente mais responsável, recomendamos à administração pública:

1. Estabelecer interlocução permanente com a Universidade, visando a qualificação do debate público sobre as formas de produção e gestão da paisagem.
2. Promover a integração de profissionais de modo transdisciplinar em projetos, planos e ações relacionados à arquitetura paisagística, como geógrafos, biólogos, agrônomos, sociólogos, entre outros, que abranjam o campo das ciências naturais e sociais.
3. Assegurar a inclusão da participação da população, incorporando o saber popular nos processos de decisão envolvendo o planejamento colaborativo e a projeção coletiva, com vistas à reafirmação da identidade e da cidadania.
4. Relacionar Paisagem à Educação em suas diversas dimensões, como base de formação pedagógica, associando-a ao ensino formal e complementar, promovendo conhecimento ambiental e patrimonial.
5. Tornar acessível a linguagem técnico-científica de projetos paisagísticos, por meio de instrumentos diversos, como desenhos, mapas figurativos, maquetes, diagramas, mídias diversas, arte, entre outros, sempre com vocabulário claro, para propiciar entendimento e diálogo entre técnicos e populações envolvidas.
6. Criar no espaço público ambiente favorável às diversas formas de expressão e manifestação da cultura popular.
7. Incluir o planejamento de sistema de espaços livres nas diretrizes urbanísticas, metropolitanas e regionais, considerando o sítio geomorfológico e hidrológico de modo a conectar ecossistemas.
8. Proceder a identificação dos componentes do ecossistema do ponto de vista da vegetação autóctone/nativa, bem como a formação de viveiros para introdução dessas espécies nos projetos paisagísticos de espaços públicos e privados.
9. Desenvolver planos de implementação de estruturas ecológicas da paisagem, tais como arborização urbana, ampliação de áreas permeáveis, jardins de chuva, etc, como forma de mitigar os impactos e alterações climáticas, contribuindo na resiliência da paisagem urbana.
10. Estimular o cultivo de jardins ativos e hortas urbanas.

11. Promover a valorização dos jardins históricos com a correta manutenção, conservação, restauração e reconstituição quando necessário, atendendo aos pressupostos das Cartas Patrimoniais.
12. Valorizar as dimensões histórica e cultural, bem como o potencial educador da paisagem na gestão dos espaços verdes públicos.
13. Propor novos usos para os jardins históricos, quando necessário, assegurando a vitalidade e a apropriação pela população, sem colocar em risco a integridade destas áreas.
14. Implementar programas permanentes de formação e capacitação de mão de obra qualificada para manutenção e conservação das áreas verdes públicas.
15. Priorizar e promover a expansão de transporte coletivo, visando a redução do transporte individual com vistas à melhoria da qualidade ambiental nas cidades.
16. Desenvolver planos de mobilidade alternativa e acessibilidade para os centros históricos, buscando recuperar a experiência da paisagem na velocidade do caminhar.
17. Promover e implementar programas de reurbanização de bairros populares com a inserção de áreas verdes.
18. Democratizar o acesso ao lazer e contato com a natureza através da distribuição espacial equilibrada dos espaços livres públicos.

Salvador, 26 de agosto de 2016